

Joaquim de Paiva Muniz

CURSO BÁSICO DE DIREITO ARBITRAL

Teoria e Prática

**7ª Edição
Revista e Atualizada**

Curitiba
Juruá Editora
2021

Visite nossos sites na Internet

www.jurua.com.br e

www.editorialjurua.com

e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-65-5605-509-1

JURUÁ
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ermani de Carvalho Pacheco

Muniz, Joaquim de Paiva.

M966 Curso básico de direito arbitral: teoria e prática./ Joaquim
de Paiva Muniz./ 7ª edição./ Curitiba: Juruá, 2021.
250p.

1. Arbitragem e sentença. 2. Processo civil. I. Título.

CDD 347 (22.ed.)

CDU 347.9

000006

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

1196429

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO À PRIMEIRA EDIÇÃO	17
INTRODUÇÃO À SÉTIMA EDIÇÃO	19
1 ASPECTOS GERAIS	21
1.1 CONCEITO E CARACTERÍSTICAS	21
1.2 HISTÓRICO	23
1.2.1 Origens	23
1.2.2 Anteprojeto de Lei de Arbitragem	25
1.2.3 A Lei de Arbitragem de 1996	25
1.2.4 Constitucionalidade da Lei de Arbitragem de 1996	26
1.2.5 Eficácia da Lei de Arbitragem para Contratos Celebrados Anteriormente	28
1.2.6 Código Civil de 2002	28
1.2.7 Código de Processo Civil de 2015	29
1.2.8 Reforma da Lei de Arbitragem	30
1.2.9 Vetos à Reforma da Lei de Arbitragem	31
1.3 NATUREZA JURÍDICA DA ARBITRAGEM	32
1.4 ARBITRAGEM E LGPD	34
2 ARBITRABILIDADE	35
2.1 ARBITRABILIDADE	35
2.2 ARBITRABILIDADE SUBJETIVA	35
2.3 ARBITRABILIDADE OBJETIVA	36

2.4	ARBITRABILIDADE E CONTRATOS DE AGÊNCIA E REPRESENTAÇÃO COMERCIAL	37
2.5	ARBITRABILIDADE E DIREITO DO TRABALHO	38
2.6	ARBITRAGEM EM DIREITO SOCIETÁRIO	40
2.6.1	Vinculação à Arbitragem Societária	40
2.6.2	Vinculação dos Administradores	41
2.6.3	Arbitrabilidade	42
2.6.4	Confidencialidade	42
2.6.5	Condomínios Edifícios	43
2.7	ARBITRABILIDADE, DIREITO PÚBLICO E ENTES ESTATAIS	43
3	LEI APLICÁVEL	57
3.1	A POSSIBILIDADE DE LIVRE ESCOLHA DE REGRAS DE DIREITO	57
3.1.1	Controvérsia sobre Escolha de Lei Estrangeira em Contratos Domésticos	59
3.1.2	A Questão da Lei se Aplica, se o Contrato for Silente	59
3.1.3	Contratos Sem Lei	60
3.2	A ORDEM PÚBLICA E QUAL O SEU PAPEL COMO BALIZADOR DA LIBERDADE DE ESCOLHA DE NORMA MATERIAL	60
3.3	EQUIDADE	64
3.4	PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO, USOS E COSTUMES, REGRAS INTERNACIONAIS DE COMÉRCIO E <i>LEX MERCATORIA</i>	66
3.4.1	Princípios Gerais de Direito	66
3.4.2	Usos e Costumes	67
3.4.3	Regras Internacionais de Comércio	68
3.4.4	<i>Lex Mercatoria</i>	69
4	CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM	71
4.1	ESPÉCIES DE CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM	71
4.2	CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA	72
4.3	CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA EM RELAÇÕES DE CONSUMO	74
4.3.1	Arbitragem e Franquia	76

4.4	ARBITRAGEM INSTITUCIONAL E ARBITRAGEM <i>AD HOC</i>	76
4.5	ELEMENTOS DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM. CLÁUSULAS COMPROMISSÓRIAS CHEIAS, VAZIAS E PATOLÓGICAS.....	78
4.6	AÇÃO DE EXECUÇÃO ESPECÍFICA DE CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA	79
4.7	NECESSIDADE DE AÇÃO DE EXECUÇÃO ESPECÍFICA, SE A CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA FOR CHEIA	81
4.8	AUTONOMIA DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA.....	82
4.9	COMPETÊNCIA DO ÁRBITRO PARA DECIDIR SOBRE A EXISTÊNCIA, VALIDADE OU EFICÁCIA DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM (PRINCÍPIO DA COMPETÊNCIA-COMPETÊNCIA)	82
4.9.1	Momento Processual para Alegar Existência de Convenção Arbitral.....	83
4.10	EFEITOS DA CESSÃO E SUB-ROGAÇÃO NA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA	84
4.11	EFEITOS DE CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA A NÃO SIGNATÁRIOS.....	85
4.12	COMPROMISSO	86
4.13	REQUISITOS OBRIGATÓRIOS DO COMPROMISSO	87
4.14	REQUISITOS FACULTATIVOS DO COMPROMISSO	88
4.15	EXTINÇÃO DO COMPROMISSO.....	92
4.16	EFEITOS DA INSOLVÊNCIA NA CONVENÇÃO ARBITRAL	93
4.17	CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA EM TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL.....	95
5	ÁRBITROS	97
5.1	REQUISITOS E QUALIFICAÇÃO PARA SER ÁRBITRO	97
5.2	NÚMERO DE ÁRBITROS	97
5.3	PROCEDIMENTO DE ESCOLHA DE ÁRBITRO	98
5.4	PRESIDENTE, COÁRBITROS, SUPLENTE E SECRETÁRIO.....	99

5.5	HONORÁRIOS DOS ÁRBITROS.....	100
5.6	DEVERES DOS ÁRBITROS.....	101
5.6.1	Imparcialidade e Independência.....	101
5.6.2	Dever de Revelação.....	105
5.6.3	Competência.....	106
5.6.4	Diligência.....	107
5.6.5	Discrição.....	107
5.7	EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA.....	107
5.8	SUBSTITUIÇÃO DO ÁRBITRO.....	108
5.9	NATUREZA DA FUNÇÃO DE ÁRBITRO.....	109
5.10	RESPONSABILIDADE DOS ÁRBITROS.....	110
5.10.1	Responsabilidade Penal.....	110
5.10.2	Responsabilidade Civil.....	111
6	PROCEDIMENTO ARBITRAL.....	113
6.1	REGRAS PROCEDIMENTAIS.....	113
6.2	PRINCÍPIOS COGENTES.....	114
6.2.1	Contraditório.....	115
6.2.2	Igualdade das Partes.....	116
6.2.3	Imparcialidade e Livre Convencimento do Árbitro.....	117
6.3	CONFIDENCIALIDADE.....	117
6.3.1	Confidencialidade e Entes Públicos.....	119
6.3.2	Confidencialidade e Financiamento de Terceiros.....	120
6.4	REPRESENTAÇÃO DAS PARTES.....	120
6.4.1	<i>IBA Guidelines on Parties Representations in International Arbitrations</i>	120
6.4.2	Defensoria Pública.....	121
6.5	FASE POSTULATÓRIA.....	121
6.5.1	Fases do Processo.....	121
6.5.2	Requerimento de Arbitragem.....	122

6.5.3	Citação.....	123
6.5.4	Resposta ao Requerimento	124
6.5.5	Revelia.....	125
6.5.6	Reconvenção	125
6.5.7	Aditivos à Ação ou Reconvenção.....	127
6.5.8	Inclusão de Nova Parte.....	127
6.5.9	Petições Suplementares	127
6.5.10	Considerações Organizacionais sobre Alegações Escritas.....	128
6.6	ARBITRAGENS ENVOLVENDO PLURALIDADE DE PARTES.....	129
6.6.1	Litisconsórcio Necessário.....	129
6.6.2	Litisconsórcio Facultativo	130
6.6.3	Assistência e Intervenções de Terceiros	130
6.7	CONSOLIDAÇÃO DE ARBITRAGENS CONEXAS	132
6.7.1	Consolidação de Ações em Contratos Relacionados	132
6.8	INSTITUIÇÃO DA ARBITRAGEM	133
6.9	ARGUIÇÃO DE QUESTÕES RELATIVAS À JURISDIÇÃO OU AOS ÁRBITROS.....	134
6.10	O PRINCÍPIO DA “COMPETÊNCIA-COMPETÊNCIA” E AS LIMINARES ANTIARBITRAGEM.....	136
6.11	LIMINARES ANTIARBITRAGEM.....	138
6.12	TERMO DE ARBITRAGEM/ATA DE MISSÃO.....	139
6.13	CONCILIAÇÃO OBRIGATÓRIA DAS PARTES	144
6.14	MEDIDAS COERCITIVAS E TUTELAS DE URGÊNCIA DURANTE A ARBITRAGEM.....	144
6.14.1	Tutelas de Urgência e Medidas Coercitivas Antes da Instituição da Arbitragem.....	145
6.14.2	Tutela de Urgência ou Medida Coercitiva Após a Instituição da Arbitragem.....	147
6.14.3	Revisão pelo Árbitro de Tutela de Urgência ou Medida Coercitiva Proferida pelo Poder Judiciário.....	149
6.14.4	Foro para Tutelas de Urgência e Medidas Coercitivas	150
6.14.5	Tutela de Evidência em Arbitragem	150

6.15	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS.....	151
6.15.1	Mandado de Segurança contra Decisão Interlocutória.....	152
6.16	JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIIDE E ARBITRAGEM EXPEDITA.....	153
6.17	PRODUÇÃO DE PROVAS.....	153
6.17.1	Depoimento Pessoal da Parte e Prova Testemunhal	156
6.17.1.1	Depoimento pessoal.....	158
6.17.1.2	Testemunho.....	159
6.17.1.2.1	Testemunho em audiência.....	159
6.17.1.2.2	Inquirição direta (<i>direct examination</i>).....	159
6.17.1.2.2.1	Testemunho escrito.....	161
6.17.1.2.2.2	Remuneração à testemunha	162
6.17.1.2.3	Inquirição cruzada (<i>cross-examination</i>)	163
6.17.1.2.3.1	Objetivo.....	163
6.17.1.2.3.2	Limite às perguntas.....	163
6.17.1.2.3.3	Decisões fundamentais do advogado ..	163
6.17.1.2.3.4	Técnicas: perguntas fechadas, <i>baby steps</i> e “reconstrua, reconstrua e pergunte”.....	165
6.17.1.2.4	Reperguntas (<i>re-cross</i> ou <i>re-direct</i>)	167
6.17.2	Exibição de Documentos e <i>Discovery</i>	168
6.17.3	Perícia.....	171
6.18	AUDIÊNCIA	174
6.18.1	Data da Audiência	174
6.18.2	Local da Audiência.....	175
6.18.3	Audiências Virtuais.....	175
6.18.4	Idioma da Audiência.....	176
6.18.5	Convocação de Representantes das Partes e Testemunhas para a Audiência..	177
6.18.6	Presença das Partes e Testemunhas na Audiência	177
6.18.7	Procedimento da Audiência.....	178
6.18.8	Aleagações Oraís.....	178
6.18.9	Inquirição de Testemunhas	179
6.18.10	Ata e Transcrição da Audiência.....	179
6.18.11	Memoriais.....	179

6.19	ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO	179
6.20	REPETIÇÃO DE PROVA EM CASO DE SUBSTITUIÇÃO DE ÁRBITRO	180
7	SENTENÇA ARBITRAL	181
7.1	SENTENÇA ARBITRAL.....	181
7.2	PRAZO PARA PROLAÇÃO DA SENTENÇA ARBITRAL	181
7.3	REQUISITOS FORMAIS.....	182
7.4	DECISÃO MAJORITÁRIA	184
7.5	SUSPENSÃO DA ARBITRAGEM PARA DECIDIR QUESTÃO PREJUDICIAL NÃO ARBITRÁVEL.....	185
7.6	RESPONSABILIDADE POR HONORÁRIOS E CUSTAS	186
7.7	SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE TRANSAÇÃO	188
7.8	CIENTIFICAÇÃO DAS PARTES	189
7.9	EFEITOS DA SENTENÇA ARBITRAL	190
7.10	EMBARGOS ARBITRAIS	192
7.11	AÇÃO ANULATÓRIA	193
7.11.1	Vício da Convenção Arbitral.....	196
7.11.2	Incompetência ou Falta de Jurisdição do Árbitro	196
7.11.3	Vícios Formais da Sentença Arbitral	197
7.11.4	Sentença Extra Petita e Ultra Petita	197
7.11.5	Sentença que Não Decidir Todo o Litígio e Sentença Parcial	198
7.11.6	Sentença Proferida com Prevaricação, Concussão ou Corrupção Passiva ...	200
7.11.7	Sentença Proferida Fora do Prazo.....	201
7.11.8	Desrespeito aos Princípios do Contraditório, da Igualdade das Partes, da Imparcialidade dos Árbitros e do seu Livre Convencimento	201
7.11.9	Procedimento para Ação Anulatória.....	202
7.12	IMPUGNAÇÃO DE SENTENÇA	203
8	RECONHECIMENTO E EXECUÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA	207
8.1	A NACIONALIDADE DA SENTENÇA ARBITRAL	207

8.2	RECONHECIMENTO E EXECUÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA	208
8.3	A CONVENÇÃO DE NOVA IORQUE: PRINCIPAL REGRA SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ARBITRAL ESTRANGEIRA	210
8.3.1	Suposta Não Obrigatoriedade da Homologação em Vista da Convenção de Nova Iorque	212
8.4	HIPÓTESES DE DENEGAÇÃO DE RECONHECIMENTO.....	213
8.4.1	Incapacidade da Parte	214
8.4.2	Invalidez da Convenção de Arbitragem.....	214
8.4.3	Ausência de Citação e Outras Violações à Ampla Defesa.....	215
8.4.4	Sentença <i>Extra</i> ou <i>Ultra Petita</i>	216
8.4.5	Nomeação de Árbitros e Condução do Processo em Desconformidade com a Convenção de Arbitragem	217
8.4.6	Sentença Ainda Não Obrigatória, Anulada ou Suspensa	218
8.4.7	Sentença sobre Matéria Não Arbitrável.....	220
8.4.8	Ofensa à Ordem Pública	220
8.4.8.1	Decisão não fundamentada	221
8.4.8.2	Citação da parte como questão de ordem pública	222
8.4.8.3	Litispêndência e coisa julgada	223
8.5	PROCEDIMENTO DE HOMOLOGAÇÃO.....	223
	REFERÊNCIAS	227
	ANEXO	233
	MODELO DE CARTA ARBITRAL (ELABORADO PELO CBAR).....	235
	ÍNDICE REMISSIVO	237